

O emprego de animais na Revolução Federalista de 1893

The military use of animals in the Federalist Revolution of 1893

Cláudio Junior Damin*
<https://orcid.org/0000-0001-9516-4638>

Resumo

O artigo investiga o emprego de animais na guerra civil de 1893, também conhecida como Revolução Federalista, que ocorreu no Rio Grande do Sul, Brasil, na última década do século XIX. A hipótese trabalhada é a de que, pelas características da insurgência e do território em que foi travada, a utilização de animais foi fundamental tanto para os governistas quanto para os revolucionários federalistas. São resgatados os trabalhos de cronistas e memorialistas da guerra civil, além de registros da imprensa da época e documentos militares. Os exemplos trazidos circunscrevem à região dos Campos de Cima da Serra e, em particular, aos municípios de Lagoa Vermelha e Vacaria. O artigo mostra que a insurgência demandou o amplo emprego de animais que já existiam no território gaúcho e com os quais as populações locais possuíam estreita ligação histórica, cultural, econômica e mesmo marcial. Ao final da guerra, houve diminuição dos rebanhos de gado, cavalos e muares, justamente os animais utilizados no conflito para as funções de alimentação, transporte e combate.

Palavras-chave: História dos Animais; Animais e Guerra; Revolução Federalista de 1893; Rio Grande do Sul

Abstract

The paper investigates the use of animals in the civil war of 1893, also known as the Federalist Revolution, which took place in Rio Grande do Sul, southern Brazil, in the last decade of the 19th century. The hypothesis is that, due to the characteristics of the insurgency and the territory in which it was fought, the use of animals was fundamental both for the government and for the federalist revolutionaries. Publications by civil war chroniclers and memoirists, as well as press records from the time and military documents are used as a database. Examples are limited to the Campos de Cima da Serra region and, in particular, to the municipalities of Lagoa Vermelha and Vacaria. The article shows that the insurgency demanded the wide use of animals that already existed in the

*Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Federal do Pampa. E-mail: claudiodamin@unipampa.edu.br.

gaucho territory and with which the local populations had a close historical, cultural, economic and even martial connection. At the end of the war, there was a decrease in the herds of cattle, horses and mules, precisely the animals used in the conflict for feeding, transport and combat functions.

Keywords: History of Animals; Animals and War; Federalist Revolution of 1893; Rio Grande do Sul

Introdução

O emprego de animais revolucionou o modo como se fazia a guerra em todas as partes do mundo. A sua utilização se deu a partir de processos de domesticação de espécies consideradas úteis aos seres humanos. Depois, acabaram sendo utilizados em conflitos para exercer as mais variadas funções, na logística, ou mesmo no campo de batalha. Diante dessa constatação, o objetivo do artigo é investigar o emprego de animais na guerra civil de 1893, também conhecida como Revolução Federalista, que ocorreu no Rio Grande do Sul, na última década do século XIX. Busca-se, também, encontrar as interações e interdependências entre os seres humanos e os animais.

A hipótese trabalhada é a de que, pelas características da insurgência e do território em que foi travada, a utilização de animais foi fundamental tanto para os governistas quanto para os revolucionários federalistas. Esse conflito de seres humanos, tal qual o conhecemos, não seria possível sem o emprego do gado, dos muares e dos animais cavалares.

Para a confecção deste artigo, foram utilizados os trabalhos de cronistas e memorialistas da guerra civil, tanto republicanos quanto federalistas, além de registros da imprensa da época e documentos militares. Os exemplos trazidos circunscrevem-se, em boa medida, à região dos Campos de Cima da Serra e, em particular, aos municípios de Lagoa Vermelha e Vacaria. Trata-se de uma região que, não obstante a sua importância para a guerra, restou marginalizada dos estudos e análises acadêmicas. O artigo, portanto, privilegia a referida região, com o objetivo de preencher uma lacuna científica e historiográfica.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras cinco seções básicas. A primeira apresenta o trabalho como inserido no campo de estudo sobre a história dos animais. Já a segunda retrata a evolução do emprego de animais em guerras ao longo da história humana. A terceira parte expõe características básicas sobre a guerra civil de 1893, classificando-a como uma insurgência contra o governo de Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto. Na

quarta parte, apresenta-se um gráfico com a função que cada animal desempenhou durante a guerra, detalhando e exemplificando a atuação de vacas, bois, mulas, burros e cavalos. Por fim, são tecidas rápidas considerações sobre os achados da investigação.

História dos animais

O artigo se vincula, do ponto de vista historiográfico, ao campo de estudos sobre a história dos animais ou, ainda, conforme define Aprobato Filho¹, “a história das relações entre os seres humanos e os animais”. Internacionalmente, esses estudos foram inaugurados pelas investigações pioneiras da historiadora Harriet Ritvo, cujo trabalho seminal, *The animal estate: the English and other creatures and other fragments of the classifying imagination*, foi publicado no final dos anos 1980, nos Estados Unidos.

No Brasil, conforme Duarte², o primeiro trabalho abordando especificamente a história dos animais e confeccionado por um historiador foi o de Nelson Aprobato Filho, publicado em formato de tese, em 2007. O trabalho de fôlego de Aprobato Filho³ aborda as relações entre os seres humanos e diversas espécies de animais, na capital do estado de São Paulo, buscando compreender seus papéis no processo de modernização da cidade, abarcando o período do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Uma das características desses estudos da história dos animais é o abandono da dicotomia tradicional entre animais humanos/animais não humanos. Conforme pontuam Duarte *et al.*⁴, esse tipo de diáde reforça hierarquias culturalmente já postas, ao invés de sublinhar as chamadas “conexões interespécies”. Limita-se, assim, à busca de um horizonte de relações variadas entre distintos animais, considerando contextos e características particulares.

Os seres humanos, dentro dessa perspectiva, relacionam-se com os demais animais não apenas em termos meramente utilitaristas, de maximização de seus desejos e ganhos monetários, em que os animais são objetos e os seres humanos atores. Apresentam-se outros elementos, tais como situações

¹ APROBATO FILHO, Nelson. História dos animais: uma entrevista com a professora Harriet Ritvo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 28, p. 209-220, 2022, p. 2.

² DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 9, n. 2, p. 16-44, 2019.

³ APROBATO FILHO, Nelson. O couro e o aço: sob a mira do moderno-: a aventura dos animais pelos jardins da Paulicéia, final do século XIX/início do XX. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

⁴ DUARTE, Regina Horta et al. Reciprocidades em desequilíbrio: história das relações entre animais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 28, p. 7-10, 2021. p. 7.

de reciprocidade, interações complexas, coexistências e redes de interdependências⁵. Resgatar essa relação, por meio de estudos históricos, significa, conforme escreveu Nance⁶, construir investigações assentadas na negação do antropocentrismo, ao mesmo tempo em que se deve tomar cuidado para não antropomorfizar os animais.

Animais, portanto, não são passivos diante dos processos históricos⁷. Ao contrário, sempre estiveram presentes nos feitos dos humanos, de tal sorte que “a história dos seres humanos é *também* uma história dos animais”⁸. Além da interação que possuem com os seres humanos, os animais interagem com o ambiente e com outros animais, forjando complexas relações, que não podem ser resumidas à mera dominação⁹.

Admite-se que os animais também são agentes, “mesmo que a maioria aja sem intencionalidade consciente”¹⁰. Não se trata, aqui, do conceito clássico de agência, que demanda do indivíduo ação racional e intencional, mas sim de um outro tipo de agência histórica, cujos agentes (os animais) são desprovidos de poder, sendo que, em muitas oportunidades, agiram como “agentes secretos”, influenciando na tomada de decisão dos seres humanos no meio em que estavam presentes¹¹. Animais, assim, apresentam-se como “seres que conformam ações e reações humanas”¹².

O artigo, dentro desses pressupostos encontrados em trabalhos sobre a história dos animais, busca precisamente descortinar os papéis exercidos por distintos animais durante a Revolução Federalista de 1893, superando

⁵ DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 9, n. 2, p. 16-44, 2019.

⁶ NANCE, Susan. Introduction. In: NANCE, Susan (Ed.). *The Historical Animal*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2015, p. 1-15.

⁷ NANCE, Susan. Introduction. In: NANCE, Susan (Ed.). *The Historical Animal*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2015.

⁸ DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 9, n. 2, p. 16-44, 2019. p. 35.

⁹ POOLEY-EBERT, Andria. A Comparative Study of Horse-Human Relationships in Chicago and Rural Illinois. In: NANCE, Susan (Ed.). *The Historical Animal*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2015, p. 148-165.

¹⁰ DUARTE, Regina Horta et al. Reciprocidades em desequilíbrio: história das relações entre animais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 28, p. 7-10, 2021, p. 7.

¹¹ SHAW, David Gary. The torturer’s horse: Agency and animals in history. *History and Theory*, v. 52, n. 4, p. 146-167, 2013; NANCE, Susan. Introduction. In: NANCE, Susan (Ed.). *The Historical Animal*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2015, p. 1-15.

¹² DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 9, n. 2, p. 16-44, 2019. p. 26.

uma visão utilitarista e revelando a complexidade da interação entre seres humanos e agentes animais, no contexto da guerra.

Os animais e a guerra

Diamond¹³, em sua investigação sobre as distintas trajetórias das sociedades humanas, destacou a domesticação dos animais como processo que revolucionou a história e permitiu vantagens competitivas para determinados grupos. Houve, destaque-se, um reduzido grupo de espécies ao qual foi permitido sair do estado selvagem e passar a ser criado pelos seres humanos. Esses animais passaram a ser utilizados para diversas funções e tarefas, conforme as suas características próprias, e nas mais diferentes partes da terra.

Os cães, descendentes dos lobos, na proposição de Hopp¹⁴, começaram a ser domesticados há 16.000 anos, ainda nas sociedades caçadoras-coletoras e, em razão do seu latido, foram criados para “realizar a valiosa tarefa de alertar e proteger seus donos de estranhos e de invasores”. Criados em cativeiro, os cachorros passaram a ter “donos individuais”, tornando-se propriedade privada de um indivíduo ou de sua família e, por consequência, também trabalhando para proteger as suas outras propriedades, à medida que as sociedades se tornaram sedentárias¹⁵.

Outras espécies contribuíram para a nutrição humana e aperfeiçoamento das técnicas de cultivo. A domesticação iria substituir a caça, já que os animais criados pelos humanos poderiam ser abatidos para alimentação, tornando-se importante fonte de proteína¹⁶. A vaca, por exemplo, que oferece carne e leite, foi primeiramente domesticada há 6.000 a.C., no Sudoeste da Índia e Ásia. Ainda conforme Diamond¹⁷, “os grandes mamíferos domésticos” auxiliaram para “aumentar a colheita”, seja através da colocação de esterco, um fertilizante natural, nas plantações, seja puxando arados, serviço típico de vacas, bois, cavalos e búfalos. Os animais, nessa perspectiva, passaram a ajudar os humanos nas atividades agrícolas, possibilitando, em razão de sua capacidade física, o cultivo em porções maiores de terras, incluindo locais que antes eram inacessíveis ao agricultor sem a força animal.

¹³ DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

¹⁴ HOPP, Hans-Hermann. *Uma Breve História do Homem: Progresso e Declínio*. São Paulo: LVM Editora, 2018. p. 62.

¹⁵ HOPP, Hans-Hermann. *Uma Breve História do Homem: Progresso e Declínio*. São Paulo: LVM Editora, 2018.

¹⁶ DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

¹⁷ *Ibid.* p. 86.

O emprego de animais nas atividades humanas também revolucionou os meios de transporte. Os seres humanos, a partir de então, poderiam percorrer grandes distâncias montados em animais e carregar mercadorias usando carroças. Destaca-se, aqui, o cavalo e o burro, cujas domesticações iniciaram em 4.000 a.C, na atual região da Ucrânia e Egito, respectivamente, e o boi. Diamond¹⁸, ao mesmo tempo, oferece um panorama sobre os animais utilizados em distintas regiões do globo, conforme suas particularidades. Nos Andes, por exemplo, a lhama se tornou o principal meio de transporte e também a mais importante montaria; na África, Arábia e Ásia Central, esse papel era exercido pelo camelo; na Eurásia, por sua vez, o cavalo tinha relevante importância; e, por fim, no Ártico, os trenós dos nativos eram puxados por cachorros e renas¹⁹. Até o século XIX, a tração animal se constituiu como meio de transporte essencial, em razão de sua rapidez e cumprimento de grandes distâncias, sendo suplantada por outras formas de deslocamento, como as estradas de ferro.

Por ser uma atividade humana universal e registrada mesmo entre os pré-históricos²⁰, a guerra foi influenciada pelo controle que os seres humanos estabeleceram em relação a determinadas espécies de animais. Kistler²¹, cujo livro se propôs a “descrever o trabalho de criaturas não humanas em batalhas humanas”, estabeleceu duas categorias principais de animais em guerras. O primeiro grupo é chamado de “animais em combate” e formado por cachorros, elefantes, cavalos, pombos e insetos; o segundo é denominado de “animais de apoio/suporte” e composto por camelos, mulas, burros, leões marinhos, golfinhos, bois e lhamas.

Esses animais, obviamente, não exaurem a lista de criaturas empregadas nos conflitos ao longo da história, que registra ainda a participação de elefantes de guerra, porcos (utilizados para afastar e amedrontar os elefantes) e rinocerontes²². Os insetos também devem ser lembrados, particularmente, por seus papéis de transmissores da malária e da febre amarela que, ao longo

¹⁸ Ibid.

¹⁹ DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

²⁰ KEELEY, Lawrence. *A guerra antes da civilização: o mito do bom selvagem*. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.

²¹ KISTLER, John M. *Animals in the Military: From Hannibal's Elephants to the Dolphins of the US Navy*. ABC-CLIO, 2011. p. 11.

²² MILITARY HISTORY MATTERS. *War Culture – Animals of War*. *Military History Matters*, July 12, 2012. Disponível em: <https://www.military-history.org/feature/war-culture-animals-of-war.htm>. Acesso em: 02-04-2023.

da história, dizimaram exércitos inteiros, interferindo decisivamente para vitórias ou derrotas militares de colonizadores e colonizados²³.

O destaque de toda essa série de animais de combate citados é, sem dúvida, o cavalo, que revolucionou a arte militar e cujo predomínio findou na Grande Guerra²⁴. Povos que domesticaram cavalos e depois os utilizaram na arte da guerra possuíam uma formidável vantagem militar, em relação às sociedades que não atravessaram esse processo, ou que se atrasaram, nesse sentido. Inicialmente, nos Balcãs, na China e no Mediterrâneo, eles foram colocados para puxar carruagens, inventadas em torno de 2.500 a.C. e 1.800 a.C, e cumpriam a função de proteção dos flancos das colunas e de promover maior mobilidade²⁵. É de 1.345 a.C. o primeiro manual conhecido sobre treinamento de cavalos, escrito por Kikkuli, funcionário do rei dos Hititas, civilização da Ásia Menor²⁶.

Gest²⁷ afirma que o cavalo se tornou instrumento de guerra a partir de 1.000 a.C, alterando, assim, a dinâmica das batalhas, suas regras e estratégias. O cavalo como arma de guerra percorreu um lento desenvolvimento e, em um primeiro momento, em parte da Antiguidade, as forças de montaria, a que chamamos cavaleiros, eram menos importantes que a infantaria, sendo essa relação invertida com o passar do tempo. Mesmo assim, a cavalaria foi fundamental para vitórias de líderes militares da Antiguidade, como Júlio Cesar, Aníbal e Alexandre, O Grande²⁸. Dimarco²⁹, por sua vez, destaca que os cavalos detinham elementos importantes para o poder de combate corpo a corpo, como o tamanho físico e a força superior a dos homens. Sua presença no terreno, além da importância material, provocava um efeito psicológico, podendo afetar moralmente tanto tropas amigas (coragem) quanto inimigas (medo).

²³ WINEGARD, Timothy. O mosquito: a incrível história do maior predador da humanidade. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

²⁴ DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro: Record, 2010.

²⁵ GEST, Kevin. As origens e a história das ordens de cavalaria. São Paulo: Madras, 2012; DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro: Record, 2010.

²⁶ SIDNELL, Philip. Warhorse: Cavalry in ancient warfare. A&C Black, 2006.

²⁷ GEST, Kevin. As origens e a história das ordens de cavalaria. São Paulo: Madras, 2012.

²⁸ SIDNELL, Philip. Warhorse: Cavalry in ancient warfare. A&C Black, 2006.

²⁹ DIMARCO, Louis A. War Horse. Westholme Publishing, 2008.

Apenas depois de seu emprego em carruagens é que os cavalos passaram a ser montados³⁰. Na acepção de Dimarco³¹, cavalos e cavaleiros conformam o mais antigo sistema militar do mundo. O *upgrade* desse sistema ocorreu com a invenção dos estribos e da sela, que consolida a presença do animal em conflitos humanos³². Uma forma moderna de estribo foi encontrada na China em 400 d.C., e a peça tal qual a conhecemos hoje em dia seria comumente utilizada na Europa 400 ou 500 anos depois³³. Era possível utilizar o arco e flecha sem qualquer estribo, porém, empunhar com eficácia uma espada pesada ou projetar uma lança dependia de algum ponto de apoio e equilíbrio no próprio animal. Com o estribo, permitiu-se, nas palavras de Gest³⁴, “o emprego de tropas montadas que empunhassem espadas, as quais ainda chamamos de cavalaria”. A posição de joelhos esticados favorecia o ataque com armas.

Dimarco³⁵ destaca que as forças montadas se tornaram, no Medievo, a principal força marcial na Europa e na Ásia. Os séculos XVII e XVIII, por sua vez, registram a profissionalização dos exércitos e a formação, no continente europeu, de cavalarias extremamente competentes e organizadas, tornando-se as tropas de elite nos conflitos. É também nesse período, segundo o autor, que massas compactas de cavalaria foram, pela primeira vez, utilizadas contra a infantaria. A infantaria, por reação, teve que desenvolver táticas e tecnologias para se proteger contra ataques de cavaleiros. Os cavalos passam a dominar as batalhas na Europa. Diamond³⁶ dirá que eles foram transformados em “jipes e tanques das antigas guerras naquele continente”, sendo o “principal veículo de assalto e meio de transporte rápido em uma guerra”, até o conflito de 1914-1918.

Em relação aos animais de apoio/suporte, mulas e burros se destacam. São animais híbridos, fruto do cruzamento entre um jumento e uma égua: a mula é a exemplar fêmea, e o burro, o macho, sendo ambos estéreis³⁷. Segundo

³⁰ SIDNELL, Philip. Warhorse: Cavalry in ancient warfare. A&C Black, 2006.

³¹ DIMARCO, Louis A. War Horse. Westholme Publishing, 2008.

³² DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro: Record, 2010.

³³ GEST, Kevin. As origens e a história das ordens de cavalaria. São Paulo: Madras, 2012.

³⁴ Ibid. p. 22.

³⁵ DIMARCO, Louis A. War Horse. Westholme Publishing, 2008.

³⁶ DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 89.

³⁷ HAMEISTER, Martha Daisson. O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763). 2002. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

Mitchell³⁸, burros e seus híbridos desempenharam papéis em conflitos dos seres humanos, desde antes mesmo de os cavalos serem destacados para puxar carroças.

Mulas são animais menores que os cavalos, ao mesmo tempo em que “mais robustas e com costas mais planas”³⁹. Possuem, ainda, maior resistência, sendo animais capazes de vencer longas marchas por dezenas de quilômetros ao dia, inclusive em terreno acidentado como montanhas, sem atingirem a estafa. Historicamente, a vantagem biológica da mula é a sua capacidade de carregar peso: um cavalo, por exemplo, carrega até 115 quilos, enquanto que uma mula variava de 135 a 225 quilos⁴⁰. Na famosa Batalha de Plateia, em 479 a.C., Sidnell⁴¹ registra que os gregos tiveram a sua tropa de 500 mulas carregadas de suprimentos de comida interceptadas pela cavalaria persa⁴².

Esse rápido panorama histórico apresentado até aqui mostra que a relação existente entre animais e conflitos humanos evoluiu ao longo do tempo. Considerando a classificação que Lind⁴³ estabeleceu sobre os conflitos modernos, há o registro de animais nas guerras de primeira (1648-1860) e segunda geração (até a I Guerra Mundial). Esses dois tipos de conflito têm em comum a ausência, entre as possibilidades de emprego da força, de recursos como veículos motorizados, blindados e aviões, que conformam a terceira geração da guerra e cujo exemplo típico é a II Guerra Mundial (1939-1945). A Revolução Federalista de 1893, objeto deste artigo, situa-se nos estertores da guerra de segunda geração, marcada ainda pela presença extensiva de animais no conflito. Com o avanço tecnológico no sistema internacional, ocorreu uma notável transição, deixando-se de lado os animais como força motriz de conflitos e, em seu lugar, introduzindo equipamentos e processos mais efetivos seja no campo de batalha, seja na esfera logística.

³⁸ MITCHELL, Peter. *The donkey in human history: an archaeological perspective*. Oxford University Press, 2018.

³⁹ BORGES, Luiz Adriano. Mulas em movimento. O mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 23, n. 44, p. 207-230, 2016. p. 209.

⁴⁰ BORGES, Luiz Adriano. Mulas em movimento. O mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 23, n. 44, p. 207-230, 2016.

⁴¹ SIDNELL, Philip. *Warhorse: Cavalry in ancient warfare*. A&C Black, 2006.

⁴² *Ibid.*

⁴³ LIND, William. Understanding Fourth Generation War. *Military Review*, p. 12-16, Sep-Oct. 2004.

A insurgência de 1893

A guerra civil de 1893, também chamada de Revolução Federalista, conflou os três estados do Sul brasileiro, de fevereiro de 1893 a agosto de 1895⁴⁴. Trata-se de um conflito ocorrido no contexto dos primeiros anos da República, marcados, no Rio Grande do Sul, pela instabilidade política e competição de grupos pelo poder⁴⁵. A característica mais marcante dessa guerra, que se alastrou para Santa Catarina e Paraná, no final de 1893, foi a prática da degola como meio de eliminar os adversários, conferindo a ela o título de um dos eventos militares mais brutais da história brasileira⁴⁶.

O conflito foi de tipo irregular, constituindo-se em uma insurgência que buscava substituir a ordem existente mediante emprego de violência e contestação às instituições estabelecidas⁴⁷. Conforme o trabalho clássico de Galula⁴⁸, a insurgência, que para ele também é um tipo de guerra civil, mostra-se sempre assimétrica entre insurgentes (menos poderosos) e contrainsurgentes (ligados ao *status quo* e dotados de mais recursos de poder). Esse desequilíbrio inicial do conflito é o que o distingue de uma guerra convencional entre estados.

O início da insurgência, com os primeiros combates, já em fevereiro de 1893, ocorre na zona fronteira com o Uruguai e Argentina⁴⁹. Essa região, que Félix⁵⁰ (1996) denomina de zona da Fronteira Sul e Campanha, era caracterizada pela presença de uma poderosa elite pecuarista, filiada ao Partido Federalista (PF), que fazia oposição ao governo do presidente do estado Júlio de Castilhos, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). O líder civil dos insurgentes era o ex-conselheiro imperial Gaspar Silveira Martins, e os principais líderes militares eram o general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), grande estancieiro de Bagé; e Gumercindo Saraiva, de Santa Vitória do Palmar.

⁴⁴ AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 179 (477):107-136, mai./ago. 2018; DAMIN, Cláudio Júnior. 1893, Sangue na Lagoa Vermelha: Episódios da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 2023.

⁴⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Edigal, 2013; FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hubner. Revolução Federalista. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.

⁴⁶ D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. Degola e degoladores no Rio Grande do Sul (1889-1930). Porto Alegre: Edigal, 2012; MARIANO, Nilson. Um tal de Adão Latorre A Degola na Revolução de 1893. Porto Alegre: Edigal, 2019.

⁴⁷ MOREIRA, Earle Macarthy. 1893: Uma reflexão sobre a Revolução. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. Pensar a Revolução Federalista. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

⁴⁸ GALULA, David. Counterinsurgency warfare: theory and practice. Greenwood Publishing Group, 2006.

⁴⁹ REVERBEL, Carlos. Maragatos e Pica-Paus. Porto Alegre: L&PM, 1985.

⁵⁰ FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

Essa região era, durante a monarquia, a de maior identificação com o Partido Liberal, chefiado pelo tribuno Silveira Martins⁵¹.

A insurgência era basicamente composta por aquilo que Chasteen⁵² cunhou como “sociedade da fronteira altamente militarizada”, que forneceu oficiais desertores do Exército Nacional, membros da Guarda Nacional, peões e agregados das instâncias de gado para formar a composição inicial do Exército Revolucionário, a força irregular dos insurgentes, que também eram denominados, pejorativamente, de maragatos. À medida que a guerra contaminou outras regiões, as elites locais pertencentes ao PF, excluídas da administração do estado e dos municípios, agregaram-se à luta armada, conflagrando praticamente todo o território gaúcho.

Os contrainsurgentes, por sua vez, eram representados pelo positivista Júlio de Castilhos, presidente do estado e chefe unipessoal do PRR. Conforme identificou Love⁵³, a força das lideranças republicanas estava concentrada em Porto Alegre, no litoral e na serra, regiões com configuração econômica e social distinta das charqueadas da Fronteira e da Campanha. Havia, igualmente, maior inserção na região do planalto “onde criava-se o gado bovino em propriedades menores, e também com certa diversificação agrícola”⁵⁴.

Os castilhistas detinham o absoluto controle da burocracia estatal, incluindo suas forças coercitivas, além do apoio do governo federal, comandado por Floriano Peixoto, que também era alvo dos revolucionários. O acesso a qualquer emprego público requeria, assim, o alinhamento ao partido oficial⁵⁵. Na prática, as intendências (prefeituras), coletorias de impostos, comarcas formadas por juízes e promotores, delegacias de polícia e cartórios, com atuação nos municípios, estavam, indiferentemente da região, nas mãos de aliados de Júlio de Castilhos⁵⁶.

O presidente do estado também era o comandante-em-chefe da Brigada Militar, instituição regular criada pouco antes do início da guerra e que foi utilizada como o braço armado do positivismo gaúcho, contra os insurgentes

⁵¹ Ibid.

⁵² CHASTEEN, John. *Fronteira Rebelde*. Porto Alegre: Movimento, 2003. p. 63.

⁵³ LOVE, Joseph. *Reflections on the Revolution of 1893*. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

⁵⁴ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Revolução Federalista: uma interpretação*. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993. p. 23.

⁵⁵ RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Editora do Senado, 2000.

⁵⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Edigal, 2013.

federalistas⁵⁷. Com contingente insuficiente, agregaram-se à “defesa da República”, como era o mantra dos castilhistas, corpos da Guarda Nacional (força civil) de todas as comarcas, além de contingentes do Exército Nacional estacionados no Rio Grande do Sul e de outros estados, que foram deslocados até lá para defender a permanência de Floriano Peixoto no poder. O próprio ministro da Guerra, general Moura, veio do Rio de Janeiro e estabeleceu seu quartel-general em Porto Alegre para comandar as operações⁵⁸.

A leitura e análise das obras de cronistas e memorialistas do conflito, sejam republicanos⁵⁹ ou federalistas⁶⁰, permite concluir que a guerra se desenvolvia a partir de contínua marcha das colunas dos combatentes, como se um lado estivesse à caça do outro. Era, pois, uma guerra de movimento, sem base fixa, com acampamentos provisórios feitos dentro das matas, o que ajuda a explicar a prática da degola como forma de não fazer prisioneiros de guerra, já que não havia quartéis disponíveis.

Nada mais significativo dessa característica dinâmica da guerra do que a marcha de Gumercindo Saraiva, que com sua força irregular formada por centenas de oficiais e milhares de praças, cortou o Rio Grande do Sul no sentido ocidente-oriental, atravessou a fronteira com Santa Catarina, no final de 1893; dominou o Paraná, no início de 1894; e, sem condições de avançar até o Rio de Janeiro para depor Floriano, regressou ao território gaúcho, em maio de 1894; em agosto, quando refluía para a fronteira Oeste, acabou sendo baleado e morto⁶¹. Em todos esses milhares de quilômetros percorridos, os insurgentes foram perseguidos por forças militares castilhistas, em especial, pela Divisão do Norte, que concentrava o maior número de tropas e de armamento, e a Divisão do Centro⁶².

⁵⁷ SIMÕES, Moacir Almeida. História da Brigada Militar. Porto Alegre: Polost/APESP, 2002.

⁵⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Jornal Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 25-04-1893.

⁵⁹ PILAR, Fabrício. Memórias da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021; COUTINHO, Albino José Ferreira. Marcha da Divisão do Norte. Porto Alegre: Edigal, 2011; CARVALHO, Pedro. A campanha do coronel Santos Filho: Revolução Federalista de 1893. Porto Alegre: Correio do Povo, 1897; LIMA, José Carvalho. Narrativas Militares: A Revolução do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edigal, 2014; BORMANN, General J. B.. Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Typografia da Livraria Economica, 1906, Volume III.

⁶⁰ DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020; GRABOWSKI, Francisco. Memória da Revolução Brasileira dos Anos de 1893-94. In: Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, 1971, Volume V; PRESTES GUIMARÃES, Antônio Ferreira. A Revolução Federalista em Cima da Serra (1892-1895). Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

⁶¹ DORNELLES, Sejanos. Gumersindo Saraiva: o guerrilheiro pampeano: Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

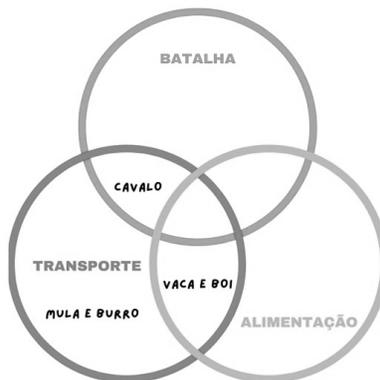
⁶² COUTINHO, Albino José Ferreira. Marcha da Divisão do Norte. Porto Alegre: Edigal, 2011.

Os maragatos representavam, para os republicanos gaúchos, uma ameaça existencial e capaz, na perspectiva de Júlio de Castilhos, de erodir o regime republicano instalado em 1889. Ao final, como acontece com a maior parte das insurgências, sejam urbanas ou rurais, os federalistas não conseguiram retirar Castilhos e Floriano do poder. Mas eles conseguiram, mesmo com assimetria de recursos financeiros e militares, e mesmo após a morte de seu principal general, Gumercindo Saraiva, sustentar uma guerra civil por trinta meses. Um período tão longo de conflito, em condições tão adversas, foi particularmente possível em razão do extensivo emprego de alguns tipos de animais, todos com histórica ligação com a sociedade e economia gaúchas, o que contribuiu decisivamente para manter acesa a chama revolucionária e, ao mesmo tempo, a contrainsurgência castilhista.

Os animais na guerra civil

Podem ser apontados cinco animais básicos empregados na campanha militar de 1893: o cavalo, o boi, a vaca, a mula e o burro. Eles foram empregados, além das duas categorias descritas por Kistler⁶³ (de combate e apoio/suporte), na alimentação das tropas dos dois lados do conflito. Um animal também pode ter contribuído em duas funções ao mesmo tempo, em razão de suas características, conforme ilustra a Figura I.

Figura I – Emprego dos animais na Revolução Federalista de 1893



Fonte: elaboração própria.

⁶³ KISTLER, John M. *Animals in the Military: From Hannibal's Elephants to the Dolphins of the US Navy*. ABC-CLIO, 2011.

A vaca, à época comumente chamada de rês, localiza-se no círculo da alimentação e do transporte. O mesmo acontece com o boi, principalmente aquele castrado e de porte similar ao das vacas. Conforme De Laytano⁶⁴, a carne foi historicamente “a maior preocupação alimentar do gaúcho”, constituindo-se em parte fundamental de sua dieta. Mais do que a nutrição, a pecuária exerceu influência socioeconômica e militar decisiva na formação e desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Na explicação de Pesavento⁶⁵:

A criação de gado foi a atividade predominante do Rio Grande do Sul desde a sua formação até o período em análise [primeiras décadas do século XX]. A princípio, a possibilidade de acesso à terra dava-se através da guerra e da usurpação, legitimada a atuação do chefe do bando guerreiro e/ou dos tropeiros de gado pela outorga de uma carta de sesmaria. Tais grupos, que se sedentarizaram e estabeleceram estâncias de criação de gado formaram os troncos seculares das tradicionais famílias sulinas. Constituíram-se assim clãs familiares, que assumiam no contexto local uma situação de predomínio face o monopólio da terra e do rebanho, constituído na luta contra o castelhano e legitimado pela coroa portuguesa. Desta forma, foi a posse da terra e do gado o elemento fundamental que marcou a vinculação da camada senhorial nascente com o Estado, primeiramente lusitano e posteriormente imperial brasileiro.

O processo narrado, que se desenvolveu na região da fronteira Oeste e Sul, limítrofe aos países do Prata e de povoamento mais antigo do território gaúcho, originou o que Félix⁶⁶ denominou de “ciclo pastoril-militar”. Os proprietários das estâncias de criação de gado “realizavam tarefas de defesa de fronteira”, ao mesmo tempo em que “preenchiam os quadros administrativos”, estruturando, dessa maneira, “laços de solidariedade entre senhores de terra e gado do Rio Grande e o Estado”⁶⁷.

Na região da Fronteira, a economia pecuária desenvolveu as charqueadas e, na segunda década do século XX, permitiu a instalação de frigoríficos, agregando maior valor à carne bovina⁶⁸. Essa trajetória não foi a mesma

⁶⁴ DE LAYTANO, Dante. A alimentação do gaúcho brasileiro. *Ciência & Trópico*, v. 8, n. 2, 1980. p. 138.

⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatayh. Pecuária e indústria; formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX. 1. ed. Porto alegre: Movimento, 1986. v. 1. p. 15.

⁶⁶ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

⁶⁷ PESAVENTO, Sandra Jatayh. Pecuária e indústria; formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX. 1. ed. Porto alegre: Movimento, 1986. v. 1. p. 15.

⁶⁸ PESAVENTO, Sandra Jatayh. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Montevideo: IEL, 1980.

seguida em outras regiões do estado, em municípios como Lagoa Vermelha e Vacaria, recorte de análise do artigo, que, possuindo igualmente a economia baseada no gado, não registram qualquer charqueada antes ou depois de 1893.

Na classificação territorial de Félix⁶⁹, Lagoa Vermelha e Vacaria faziam parte do Planalto Central. Sua economia era predominantemente pastoril, de criação de gados e venda de animais, e também lastreada pela agricultura, em particular, pela cultura da erva-mate e algumas plantações de grãos. A colonização desse território tinha sido mais recente, a partir de tropeiros paulistas que fundaram fazendas em Cruz Alta, Vacaria e Passo Fundo. Lagoa Vermelha, por exemplo, freguesia de Vacaria, foi fundada na década de 1840, após a Revolução Farroupilha⁷⁰.

No passado, essa região, que também é conhecida como Campos de Cima da Serra, foi objeto de disputa entre os reinos de Portugal e Espanha, por estar localizada no limite oriental do empreendimento jesuítico-guarani⁷¹. Em 1712, ela foi, pelos padres castelhanos, “conquistada e povoada de bovinos”, a partir da introdução de 80 mil cabeças⁷². Era a chamada Vacaria dos Pinhais, manancial de reserva de gado, por meio do qual os jesuítas protegiam parte de seus rebanhos contra as bandeiras paulistas, incursões de portugueses e de tribos indígenas inimigas⁷³. Por algum tempo, os gados viveram isolados, reproduzindo-se e aumentando o tamanho do rebanho até que, em 1729, os portugueses conseguem abrir um novo caminho, encontram o gado nos fundos da Vacaria e passam a saqueá-los⁷⁴.

Durante a última década do século XIX, já não havia gado selvagem nas matas e campos da região. Todos os animais, conforme determinava a legislação, deveriam ser marcados no couro com a identificação de seus proprietários. Isso era fundamental para localizar animais vítimas de abigeato e também porque o gado ainda era criado pelo método primitivo da *pabulação*. Ele consistia, segundo Vert⁷⁵, “em deixar o gado solto pastar à vontade em

⁶⁹ FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

⁷⁰ BRANCO, Pércio de Moraes. A região de Lagoa Vermelha: aspectos históricos. Porto Alegre: EST, 2002.

⁷¹ CAFRUNI, Jorge. Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Municipalidade de Passo Fundo, 1966.

⁷² DUARTE, Manoel. A irrupção de 1779, em Los Pinares. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XX, IV Trimestre – Dezembro de 1940, número 80. p. 327.

⁷³ CAFRUNI, Jorge. Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Municipalidade de Passo Fundo, 1966.

⁷⁴ DUARTE, Manoel. Transadores e Retirantes. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XXI, III Trimestre – Setembro de 1941, número 83.

⁷⁵ VERT, Germano. O gado e a lavoura: esboço de economia rural. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 9.

prados naturais, e criar-se sem intervenção, ou quase, exposto dia e noite” ao clima. Havia, ainda, outra questão importante, que era a dificuldade de cercar o campo de criação, em razão de sua extensão, tornando ainda mais complexa a tarefa de reunir os animais quando necessário.

Os rebanhos de gado foram profundamente prejudicados com a guerra civil, observando-se uma redução de sete milhões de cabeças, presentes em 1889; para três milhões, após o conflito⁷⁶. Esse dado revela o quanto as reses foram demandadas no período revolucionário, a tal ponto de produzirem uma tendência de exaurimento desse “recurso”, em dois anos e meio de campanha.

Tropas governistas e maragatas eram completamente dependentes da carne de gado para a continuidade da guerra, porque ela era a base da alimentação dos combatentes.

As colunas formadas pela infantaria, cavalaria e artilharia marchavam com a presença de rebanho de reses. Em maio de 1894, quando o Exército de Gumerindo regressou do Paraná e realizou a travessia de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul, no passo de Dona Anna, no Rio Uruguai, na divisa entre o município de Campos Novos e Lagoa Vermelha, por absoluta impossibilidade de cruzar as vacas no rio caudaloso, 500 cabeças foram deixadas na margem catarinense, conforme telegrama oficial do senador Pinheiro Machado, comandante republicano da Divisão do Norte⁷⁷. Em seu diário, o major federalista Vicente Ferreira de Castro, que acompanhava Gumerindo desde Ponta Grossa, registrou que “era comovente ver-se a quantidade de animais que ficaram do outro lado do rio, amarrados”⁷⁸.

Os momentos de maior dificuldade em termos de subsistência na guerra estão relacionados à escassez ou absoluta ausência de carne de gado. O capitão Ângelo Dourado (2020), chefe do corpo de saúde dos maragatos e um dos braços-direitos de Gumerindo, narra, em seu diário, que após a passagem do Rio Uruguai, em que foi deixado para trás o rebanho de gado, a fome se impôs. Na Serra do Rio Forquilha, território lagoense, em meio à floresta e à precipitação pluviométrica diária, praticamente não havia comida, mesmo que a região fosse habitada por tribos de índios caingangas e por alguns agropecuaristas.

⁷⁶MEIRA, Antonio Gonçalves; CABEDA, Coralio. *Nossas Guerras: considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009;

⁷⁷BORMANN, General J. B. Dias *Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná*. Curitiba: Typografia da Livraria Economica, 1906, Volume III.

⁷⁸RIBAS, Vasco José Taborda. *A gente paranaense na Revolução Federalista*. In: *Fontes para a história da revolução de 1893: anais do seminário realizado em Bagé, de 12 a 15 de novembro de 1983*. Bagé: URCAMP, 1990. p. 205.

O oficial anota que ele e seus comandados chegaram a passar vinte e quatro horas sem se alimentar e quando encontraram, em meio à floresta, pés de amora, buscaram neles saciar a fome. Após duas horas comendo essa fruta, que era abundante, Dourado (2020, p. 229) afirma que “sentia a mesma fome”.

Fome também experienciaram os pica-paus da Divisão do Norte, por absoluta falta de carne de gado. Depois que os republicanos cruzaram a fronteira com Santa Catarina, via território vacariano, no final de 1893, a carestia apenas se intensificou. Por vários dias de marcha, por exemplo, o único alimento das brigadas foi “um pequeno pedaço de carne, sem sal e farinha”⁷⁹. A fome também levou a atos desesperadores, como o caso em que soldados passaram a comer “pedaços de couro amolecidos n’água fervendo”, ou seja, os maneadores de cavalo e alparcas⁸⁰.

Em seu diário de campanha, o tenente-coronel Fabrício Pilar, comandante de um regimento da Brigada Militar, detalha, no dia 08 de janeiro de 1894, quando estava em território catarinense, a situação catastrófica de suas tropas “Causava consternação ver-se alguns soldados mais fracos extenuados pelo cansaço e debilitados pela fome, assentarem-se na estrada sem poderem continuar a marcha!”, exclamou o militar⁸¹. Quando, porém, vacas chegam aos acampamentos, não foram capazes de aplacar a fome. De uma fazenda são trazidas 34 reses, que deveriam servir para alimentar o contingente da Divisão do Norte, de 3.000 homens, por três dias⁸². Na época da guerra, como era carneada, uma vaca fornecia, em média, alimento para 65 ou 70 soldados, evidenciando-se a profundidade da escassez da carne. Cada soldado ingeriu um quarto da quantidade que deveria receber ordinariamente. Há também o registro de “quatro bois”, animais machos castrados, que foram “carneados e oferecidos para 1.200 homens”⁸³.

Assinale-se que o gado bovino exercia sobre as tropas de homens que combatiam entre si na guerra uma influência que poderíamos considerar existencial. Sua ausência ou escassez traduzia-se em profundas dificuldades para os seres humanos, uma vez que eram dependentes em absoluto da carne para a alimentação diária. Sem essa dieta, havia fome e sofrimento, produzindo ineficiência nos exércitos que não poderiam, por exemplo, executar uma

⁷⁹ COUTINHO. Albino José Ferreira. *Marcha da Divisão do Norte*. Porto Alegre: Edigal, 2011. p. 132.

⁸⁰ *Ibid.* p. 132.

⁸¹ PILAR, Fabrício. *Memórias da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021. p. 123.

⁸² COUTINHO. Albino José Ferreira. *Marcha da Divisão do Norte*. Porto Alegre: Edigal, 2011.

⁸³ COUTINHO. Albino José Ferreira. *Marcha da Divisão do Norte*. Porto Alegre: Edigal, 2011. p. 133.

estratégia ofensiva, em razão da absoluta falta de nutrientes para soldados e oficiais. É possível identificar aqui a influência do gado e da agência animal nas ações dos seres humanos, transbordando sua típica função de servir como alimento.

Os rebanhos de gado sumiram durante a guerra civil, por uma apropriação predatória praticada por insurgentes e contrainsurgentes, sem que houvesse uma reflexão sobre as consequências dessa extração indiscriminada das propriedades rurais. O método típico dessa extração era o arrebanhamento. Os animais, espalhados pelos campos ou encontrados em potreiros, eram reunidos e trazidos junto à coluna que marchava, sem necessitar da anuência dos seus proprietários. Era, assim, uma forma de saque, de roubo, que atingiu virtualmente todos os pecuaristas do estado. O castilhistas Fabrício Pilar, por exemplo, registra em seu diário que, na manhã do dia 21 de outubro de 1893, quando suas tropas estavam a meia légua da Vila da Lagoa Vermelha, corpos inimigos foram avistados: tratava-se do contingente comandado por Cezário Saraiva, o temido primo de Gumercendo, que “traziam cento e tantos a duzentos animais arrebanhados para os lados do lugar denominado Barracão”, na fronteira com Santa Catarina⁸⁴.

Também em outubro de 1893, com a ameaça de que o Exército Revolucionário cruzasse para o estado de Santa Catarina, Júlio de Castilhos providenciou para que a “cavallhada do município de Lages” ficasse “concentrada junto ao arroio Cerquinhas ou mesmo conduzida para o município de Vacaria”, precisamente para impedir a tomada desses animais por parte dos insurgentes⁸⁵. Note-se que não apenas o gado (vaca e boi) era prospectado pelos revolucionários, mas também outros tipos de animais, como os cavalos.

Oficiais castilhistas igualmente realizavam requisições forçadas e arrebanhamento de gado e de cavalos, método chamado de potreada. E não apenas os inimigos maragatos eram os alvos. Um caso paradigmático é o de Maria Eufrasia Justina, mãe do tenente-coronel Heleodoro de Moraes Branco, intendente de Lagoa Vermelha. Tratava-se de uma latifundiária que foi extremamente prejudicada em razão das requisições de animais, mesmo sendo progenitora da maior liderança republicana do município. A exemplo de outros pecuaristas, após a Revolução, Maria Eufrasia abriu reclamação à Fazenda Nacional, na qual solicitava indenização pela subtração de animais

⁸⁴ PILAR, Fabrício. Memórias da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021. p. 94.

⁸⁵ JORNAL DO BRASIL. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20-06-1895.

de suas propriedades durante a guerra civil⁸⁶. De suas propriedades, conforme registrou no cartório local, foram levados 767 animais entre éguas, bestas (mulas), burros, cavalos e reses de criação. Só de éguas xucas foram extraídos 300 exemplares, e 270 de muares. Essas requisições ocorreram nos dias 19 de outubro de 1893, data da passagem da Divisão do Norte por Lagoa Vermelha, 02 de abril e 20 de junho de 1894, todas levadas pelas “forças legais ao mando do general Francisco Rodrigues Lima”, o comandante da Divisão⁸⁷.

Essas centenas de animais levados resultaram em enorme prejuízo. Baseando-se em um inventário da época da Revolução, descobre-se que uma égua xuca e um gado de criação custavam, à época, 20 mil réis cada um⁸⁸. Um cavalo criado era o dobro, 40 mil réis. Um burro, por sua vez, era ainda mais valorizado, 50 mil réis, pois cumpria a função de carregar mercadorias e cargas. Não foi encontrado valor de referência para as mulas xucas ou domadas, mas, em razão de sua função, parecida com a do burro, já que ela é a sua versão fêmea, podemos deduzir que seu valor médio seria também de 50 mil réis. O prejuízo total estimado foi de 24 contos e 600 mil réis, uma grande fortuna para a época. Não há registros de que a mãe do intendente lagoense tenha conseguido ser ressarcida pelos animais levados durante a guerra.

Esse registro do inventário de Maria Mafalda de Lima, moradora de Lagoa Vermelha, indica uma valoração de mercado distinta para os animais que participaram da guerra. Tratados como mercadorias, alguns eram mais valiosos que outros, levando-se em conta precisamente as suas funções e disponibilidade para o trabalho campeiro. As vacas eram as de menor valor, pois abundantes e com função alimentar; animais cavалares e muares, por sua vez, valiam duas vezes mais que uma vaca. É interessante notar, no entanto, que, no ambiente da guerra, esses animais equiparavam-se em importância e influência, já que ela não poderia prosseguir sem reses para a alimentação ou cavalos para as batalhas, minorando as distinções monetárias conferidas pelo sistema capitalista. Mesmo assim, os seres humanos realizavam escolhas que hierarquizavam os animais, em momentos de grande necessidade. Por exemplo, entre deixar para trás uma vaca ou um cavalo, a decisão recaía sobre a primeira.

⁸⁶ CARTÓRIO DE NOTAS. Livro do Cartório de Notas de Lagoa Vermelha de 7 de agosto de 1897 a março de 1898. Lagoa Vermelha, 1898. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. p. 61.

⁸⁷ Ibid. p. 61.

⁸⁸ INVENTÁRIO. Inventário de Dona Maria Mafalda de Lima. Lagoa Vermelha, 1896. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Os arrebanhamentos, necessários para a continuação da guerra, empobreceram as elites pecuaristas da época. Em Lagoa Vermelha, o tenente João Mariano Pimentel, um dos maiores pecuaristas da região e simpático aos federalistas, porém, sem qualquer vinculação à insurgência, após ser degolado em novembro de 1894, no contexto do sítio maragato à zona urbana do município, deixou como herança apenas 50 “reses de criação”, quantidade insignificante para os milhares de hectares que possuía⁸⁹.

O boi, além de ser utilizado para a alimentação, cumpria a função de transporte. Vert⁹⁰, em seu estudo sobre economia rural, destacava que o boi é “mais vagaroso”, porém “mais paciente e menos exigente”, servindo “para a lavra da terra, para puxar o cavalo, os carros carregados em caminhos ruins como a maioria dos nossos caminhos rurais”. Trata-se de um animal para o trabalho pesado e assim sua presença na guerra é registrada.

Em maio de 1894, no regresso do Exército de Gumercindo para o Rio Grande do Sul, a pesada artilharia colocada em carretas era puxada por bois. Ângelo Dourado⁹¹ registra que “os bois porém cansaram-se e por isso” as peças de artilharia tiveram que ser abandonadas na picada aberta. Além de transportar armas, esses animais eram empregados pelos dois lados do conflito para transportar munições, alimentos, víveres e também a ambulância e a carroça que carregavam os feridos e doentes. Não há, vale destacar, qualquer registro de preocupação com o bem-estar desses animais, visto que trabalhavam até a exaustão completa, por falta de outros animais a substituí-los no fardo das marchas.

Mulas e burros, por sua vez, cumpriam função essencialmente de transporte, pois possuem uma enorme resistência e capacidade de carregar centenas de quilos em seus lombos. Os muares, na região de Lagoa Vermelha e Vacaria, faziam parte daquilo que podemos denominar de economia tropeira, que propiciou a criação de vários municípios dos Campos de Cima da Serra, cujo território fazia parte da rota dos tropeiros de muares que se deslocavam para a feira de Sorocaba, em São Paulo. Silva⁹² destaca que a “fundação,

⁸⁹ INVENTÁRIO. Processo de inventário de João Mariano Pimentel. Lagoa Vermelha, 1895. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul; DAMIN, Cláudio Júnior. 1893, Sangue na Lagoa Vermelha: Episódios da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 2023.

⁹⁰ VERT, Germano. O gado e a lavoura: esboço de economia rural. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 5-6.

⁹¹ DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020. p. 221.

⁹² SILVA, Itací de Souza. Tropeirismo e criatórios de mulas em Lagoa Vermelha, nordeste do RS (1914-1955). Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo, 2011. p. 13.

organização econômica, social e cultural” de Lagoa Vermelha “em grande parte estava atrelada ao tropeirismo, nos criatórios, comércio e uso do animal mular”. Conforme já citado, uma mula ou burro, à época da guerra civil, possuía um maior valor monetário, em razão de sua genética e habilidades para o transporte.

Em janeiro de 1894, quando a Divisão do Norte estava excursionando em Santa Catarina em perseguição às colunas revolucionárias, as mulas eram responsáveis pelo carregamento das munições. Elas foram utilizadas até à exaustão absoluta, o que fez com que os soldados tivessem que conduzir, em seus próprios braços, as balas do armamento e da artilharia⁹³. Já em maio de 1894, na travessia do Rio Uruguai, quando os insurgentes deixaram no lado catarinense centenas de vacas e bois, uma vez que sua passagem pelos 150 metros do rio seria caótica e demoraria demais, a prioridade de passagem foi dada a cavalos, mulas e burros, justamente porque seriam vitais para o deslocamento da coluna na floresta da Serra do Rio Forquilha.

É preciso salientar que se registra, de maneira excepcional, a ingestão de carne de burro e mula. É o caso da narração de Ângelo Dourado⁹⁴, ao escrever em seu diário que “a maior parte dos companheiros já come carne de burro”, fazendo a ressalva de que “não é, porém, a carne gorda de um animal que se abate; é a carne de animais que morrem de cansaço”. As agruras provocadas pela guerra, e em particular após rarearem as reses para a alimentação, levaram a essa medida de aproveitar toda a carne disponível, mesmo que fosse de um animal como o burro. Mulas e burros, no entanto, não foram empregados para a alimentação, não sendo essa sua função principal ou acessória, exceto em casos de extrema necessidade. O gaúcho não ingere ordinariamente carne desses animais. Seu rebanho foi reduzido de 120 mil indivíduos, antes da guerra, para 110 mil⁹⁵.

O último animal a ser analisado no artigo é o cavalo, que cumpria funções de combate e transporte, na guerra civil. Tratava-se, além do mais, de um personagem com estreita ligação com o território sul-brasileiro e sua gente. Cafruni⁹⁶ sublinha que os padres castelhanos da Companhia de Jesus, presentes

⁹³ COUTINHO, Albino José Ferreira. *Marcha da Divisão do Norte*. Porto Alegre: Edigal, 2011. p. 131.

⁹⁴ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020. p. 296.

⁹⁵ MEIRA, Antonio Gonçalves; CABEDA, Coralio. *Nossas Guerras: considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

⁹⁶ CAFRUNI, Jorge. *Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico*. Passo Fundo: Municipalidade de Passo Fundo, 1966. p. 140.

na região desde 1626, “se locomoviam, de uma redução para outra, a cavalo, sendo, portanto, os jesuítas os primeiros cavaleiros que, cronologicamente, ginetearam pelas coxilhas do Rio Grande”. Na fronteira Sul e Oeste, conforme resgata Chasteen⁹⁷, a criação de gado demandou o desenvolvimento de habilidades equestres dos proprietários, de seus escravos, agregados e trabalhadores assalariados, tornando “os homens do campo uma brigada ligeira natural”.

Dia após dia, cavalo e cavaleiro executavam gingas rápidas de corpo para conter ou direcionar tropas em disparada e os cavalos aprendiam a fazer complexos movimentos para enganar ou se esquivar daqueles bovinos franqueiros de chifres longos e pontiagudos, em resposta a uma sutil pressão das pernas do cavaleiro⁹⁸.

Note-se que a lida campeira determinava o emprego de cavalos que, em momentos de necessidade, também eram utilizados na guerra para a defesa do território da Fronteira. Os homens daquela região, por terem contato com o trabalho de criação desde cedo, eram considerados exímios cavaleiros e, durante a insurgência, apresentavam grande capacidade para manejar, na montaria, lanças, espadas e rifles, sem que isso significasse desequilíbrio⁹⁹. Gumercindo Saraiva e seu irmão Aparício, por exemplo, segundo um de seus biógrafos, aprenderam de tudo um pouco sobre a vida do campo, ainda na infância, a partir dos ensinamentos do pai¹⁰⁰. Os futuros revolucionários maragatos aprenderiam, ainda em tenra idade, a laçar, a zelar pelos cavalos, curando suas doenças, a escolher o gado mais gordo para abater, a produzir boleadeiras e manejá-las, além de tropear animais para destinos distantes.

Ficaram famosos, durante a guerra civil, os lanceiros de Aparício Saraiva, que combatiam nas batalhas montados no lombo de cavalos e que exibiam uma enorme desenvoltura com a lança, uma arma mortal, se bem manejada. A lança era a arma típica dos cavaleiros de Aparício, e ele próprio aparece em vários momentos participando de batalhas apenas com essa arma¹⁰¹.

⁹⁷ CHASTEEN, John. *Fronteira Rebelde*. Porto Alegre: Movimento, 2003. p. 118.

⁹⁸ CHASTEEN, John. *Fronteira Rebelde*. Porto Alegre: Movimento, 2003. p. 118-119.

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ DORNELLES, Sejanos. *Gumersindo Saraiva: o guerrilheiro pampeano: Caxias do Sul*: EDUCS, 1988.

¹⁰¹ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020.

Minssen¹⁰², em seu estudo sobre o cavalo rio-grandense, destaca a sua “sobriedade e rusticidade”, determinadas pela sua natureza mestiça, composta por várias raças, e também pelas condições em que o animal era criado. O cavalo gaúcho suportaria o “frio rigoroso de rijo pampeiro”, as “chuvas prolongadas”, assim como o “sol abrasador do verão”, além de ser corajoso. Todas essas qualidades seriam “preciosíssimas para o cavalo de guerra e para o serviço de campo nas fazendas de criação”¹⁰³.

Para castilhistas e maragatos, o cavalo era uma arma de guerra fundamental. Nas palavras do capitão Ângelo Dourado¹⁰⁴, “nossas forças são de cavalaria, é com elas que fazemos guerra”. Houve uma necessidade permanente de realizar roubos, furtos e requisições de cavalos, à medida em que a guerra se desenvolvia. Depois que os animais escassearam dos campos, em razão da frenética tropeada, a preferência de montaria restou para insurgentes e governistas que ostentavam patentes de oficiais. Sem cavalos, o número de soldados de infantaria cresceu, tornando mais lenta a movimentação dos exércitos.

Em Lagoa Vermelha e Vacaria, existiam batalhões de cavalaria da Guarda Nacional da comarca, que participaram do esforço de guerra, ao lado do governo de Júlio de Castilhos. Nessa região operou, entre 1893 e 1894, o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, comandado pelo tenente-coronel Fabrício Pilar, considerado uma tropa de elite, mas que também passou a sofrer com a falta de cavalos.

É interessante notar que havia uma percepção, inclusive por parte dos republicanos, de que os animais dos seus inimigos eram melhores que aqueles das forças governistas, mesmo no primeiro ano da guerra.

No dia 21 de outubro de 1893, Fabrício Pilar¹⁰⁵ anotou em seu diário que às oito da manhã, quando seu Regimento de Cavalaria estava distante uma meia légua da Vila da Lagoa Vermelha, na direção de Vacaria e em perseguição ao Exército Revolucionário, que se dirigia para a fronteira com Santa Catarina, “apareceu junto ao nosso campo um corpo do inimigo comandado pelo oriental Cezário Saravia, primo do célebre bandido Gomercindo”. Ele estava, conforme já destacado anteriormente, arrebanhando animais no Barracão. Pilar informa que se organizou uma perseguição com forças da Divisão do Norte e

¹⁰² MINNSEN, Guilherme. O cavalo no Rio Grande do Sul: memórias apresentadas no Primeiro Congresso da Federação das Associações Rurais. Pelotas: Imprensa da Livraria Americana, 1910. p. 6.

¹⁰³ Ibid. p. 6.

¹⁰⁴ DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020. p. 56.

¹⁰⁵ PILAR, Fabrício. Memórias da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021. p. 94.

da Brigada Militar sendo, contudo, infrutífera. “Perseguimos muito, porém nada se conseguiu por irmos muito mal de cavalhadas e eles ao contrário”, revela o oficial castilhistas¹⁰⁶.

Em Vacaria, dessa vez em junho de 1894, a escassez de animais cavalares se mostrou uma dura realidade, exatamente no momento em que a vila era invadida por forças do coronel Demétrio José Ramos, uma das principais lideranças insurgentes dos Campos de Cima da Serra. Nesse episódio, o centro urbano do município, conforme atestou o major Avelino Paim de Souza, intendente e um dos chefes militares locais, “estava completamente desguarnecida”¹⁰⁷. Avelino, quando recebeu o informe do ataque, encontrava-se a 30 quilômetros de distância e foi incapaz de alcançar seus inimigos, porque estes estavam mais bem montados do que os castilhistas, cujas cavalarias estavam em péssimas condições.

Na parte final da guerra, em correspondência enviada em março de 1895 pelo capitão Paulo Alves de Souza Marques, do comando do 38º corpo da Guarda Nacional de Lagoa Vermelha, ao tenente-coronel Avelino Paim de Souza, chefe das forças legalistas de Vacaria, a situação se mostrava precária para as forças locais. Os insurgentes permaneciam acossando a região, porém, o capitão informava não ter condições de sustentar mais ações defensivas. Eis a razão: “Em toda a minha força não tenho vinte animais de serventia, isto é, que prestem”, escreveu o oficial lagoense¹⁰⁸.

Do lado maragato, no dramático regresso dos revolucionários do Paraná para o Rio Grande do Sul, em maio de 1894, Ângelo Dourado¹⁰⁹ registra em seu diário que a coluna de Aparício Saraiva, que havia partido de Ponta Grossa com algo em torno de dois mil homens, chegou a Campos Novos, de onde seguiria para a picada, com o fim de atravessar o Rio Uruguai, com menos de mil homens e “sem cavalos e capazes para a batalha”. Torquato Severo, um dos principais oficiais de Gumercindo, por sua vez, “por falta de cavalos” teve que transformar “todos os seus lanceiros em atiradores”¹¹⁰.

¹⁰⁶ PILAR, Fabrício. Memórias da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021. p. 94.

¹⁰⁷ A FEDERAÇÃO. Jornal A Federação. Porto Alegre, 22-09-1894.

¹⁰⁸ SOUZA MARQUES, Paulo Alves de. Correspondência de 20 de março de 1895 do capitão Paulo Alves de Souza Marques ao tenente-coronel Avelino Paim de Souza. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1895. Pasta Vacaria na Revolução Federalista de 1893. p. 1.

¹⁰⁹ DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020. p. 225.

¹¹⁰ Ibid. p. 249.

Note-se que encontramos aqui novamente o exemplo de animais conformando as ações dos seres humanos e, em particular, dos próprios rumos da guerra. Sem cavalos suficientes, as estratégias tiveram que ser alteradas em razão das dificuldades de mobilidade das tropas, por exemplo. Avançar em perseguição ao inimigo, sem cavalos, também era infrutífero. Os equinos, assim, revelam-se agentes históricos importantes. Conforme Shaw¹¹¹, ao analisar a presença da cavalaria nas Guerras Napoleônicas:

Podemos argumentar que há um espaço considerável para animais, como cavalos na guerra do século XIX, serem considerados agentes históricos, e que suas próprias reações e intenções animais poderiam afetar o tipo de guerra que poderia ser conduzida e os resultados que as batalhas poderiam ter. As pessoas contavam com eles e suas qualidades. Eles faziam parte da estruturação da agência no campo de batalha naquele contexto histórico específico¹¹².

Partícipes ativos da insurgência, presentes em combates pequenos, médios e nos maiores registrados na guerra civil, além de empregados como meio de transporte até sua exaustão, seria mesmo natural que houvesse animais feridos e mortos.

Em novembro de 1893, após atravessarem para o estado de Santa Catarina, Dourado¹¹³ narra que quase todos os revolucionários, praças e oficiais, estavam caminhando a pé pela região serrana de São Joaquim, porque “os caminhos eram horríveis” e “os nossos cavalos estavam completamente estropeados”. O capitão, em particular, informa que seu cavalo estava com os cascos sangrando, sendo utilizado não mais para montaria, mas apenas para “passar algum arroio ou sanga”.

Já em outubro de 1894, quando novamente o coronel maragato Demétrio José Ramos realizou ofensiva contra Vacaria, no combate, o intendente Avelino Paim de Souza foi ferido no braço direito, e seu cavalo foi fatalmente atingido por uma bala. Seu irmão, o tenente-coronel Laurindo Paim de Souza, igualmente, teve o animal em que montava morto por um tiro¹¹⁴. Os cavalos eram

¹¹¹ SHAW, David Gary. The torturer's horse: Agency and animals in history. *History and Theory*, v. 52, n. 4, p. 146-167, 2013.

¹¹² Ibid., p. 165, tradução nossa.

¹¹³ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020. p. 71.

¹¹⁴ A FEDERAÇÃO. *Jornal A Federação*. Porto Alegre, 20-10-1894.

vistos, pois, como combatentes e o rebanho total do estado decresceu de 800 mil, em 1890; para 577 mil, após a guerra, uma redução de quase 30%¹¹⁵.

Shaw¹¹⁶, em seu trabalho sobre a agência equestre, tomando como estudo de caso a cavalaria militar no século XIX, em particular, na Batalha de Waterloo, de 1815, destacou que “a atribuição de um nome aos cavalos é uma pista para a sua conexão social” com os seres humanos. “Os cavalos tinham nomes e tinham mestres”, escreveu. Interessa-nos, nesse ponto, assinalar que os registros da Revolução Federalista de 1893 apontam apenas para a existência de “mestres”, ou seja, militares a quem era atribuída a propriedade de determinado animal.

Em 21 maio de 1894, no lugar chamado Encruzilhada/Machadinho, município de Lagoa Vermelha, mais precisamente na região costeira do Rio Uruguai, o piquete do capitão republicano João Garibaldi Rolim se encontra com as primeiras forças do Exército Revolucionário, que estavam regressando do Paraná para o Rio Grande do Sul. Há um tiroteio e o castilhistas, conforme relatado ao seu superior, “perdeu o cavalo de sua montaria, morto com dois balaços”¹¹⁷. Já em meados de abril de 1895, em Campos Novos, município catarinense e limítrofe à Lagoa Vermelha, o tenente-coronel Henrique Rupp, catarinense, ataca o acampamento do revolucionário lagoense José Chicuta, apreendendo centenas de vacas e cavalos, “incluindo o animal de Chicuta”¹¹⁸. Note-se que os animais não possuem nomes, apenas “mestres”, ou seja, donos.

Na Batalha de Waterloo, que definiu o fim do império de Napoleão, lá estavam dois cavalos famosos: Marengo, o garanhão ferido mais de dez vezes, ao longo dos quinze anos em que ficou sob a posse de Napoleão Bonaparte; e Copenhagen, o cavalo do Duke de Wellington, das forças inglesas e que trabalhava, junto com seu mestre, de 15 a 18 horas por dia¹¹⁹. No caso de Gumercindo Saraiva, o principal general maragato de 1893, não é registrado qualquer cavalo que se tenha atribuído um nome em particular. No diário de Ângelo Dourado¹²⁰, que acompanhou a marcha revolucionária ao longo dos estados

¹¹⁵ MEIRA, Antonio Gonçalves; CABEDA, Coralio. *Nossas Guerras: considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

¹¹⁶ SHAW, David Gary. *The torturer's horse: Agency and animals in history*. *History and Theory*, v. 52, n. 4, p. 146-167, 2013. p. 162, tradução nossa.

¹¹⁷ PILAR, Fabrício. *Memórias da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021. p. 166.

¹¹⁸ REPÚBLICA. *Jornal República* (SC), 01-05-1895.

¹¹⁹ SHAW, David Gary. *The torturer's horse: Agency and animals in history*. *History and Theory*, v. 52, n. 4, p. 146-167, 2013.

¹²⁰ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020.

do Sul do país, ao lado do general, inexistiu qualquer menção a um nome do cavalo de Gumercindo. Dourado¹²¹ também registra que o general Aparício Saraiva, na Batalha de Passo Fundo, em 27 de junho de 1894, “tinha perdido um cavalo”, sem realizar qualquer menção a um nome próprio do animal.

Pode-se afirmar que os cavalos gaúchos empregados na guerra civil eram anônimos. A característica volante do conflito, baseado em marchas constantes, tende a explicar o fato de que Gumercindo e Aparício, do lado revolucionário; e o general Lima e o senador Pinheiro Machado, do lado governista, tenham se utilizado de vários animais do início ao fim da insurgência. Seria mesmo inviável se ater a um único cavalo diante da necessidade de vencer longas distâncias, cruzar rios, movimentar-se por embarcações ou, ainda, estradas férreas. Cavalos eram deixados para trás porque, sem mais condições de marchar, mortos ou feridos, eram substituídos por outros, tomados de outros proprietários, roubados e até mesmo comprados, ao longo das marchas, sem que houvesse condições de estabelecer uma conexão mais forte entre eles e os seus donos. Isso, no entanto, não deve retirar deles a influência ao longo da campanha militar.

Na categoria suporte/apoio, além da sua evidente utilização como meio de transporte, principalmente para os oficiais, o cavalo foi empregado como mensageiro. Os mensageiros enviados por comandantes castilhistas e federalistas eram chamados de “próprios”. Aqui, é preciso salientar que a região dos Campos de Cima da Serra, e mesmo das colônias italianas de Alfredo Chaves e Antônio Prado, distritos de Lagoa Vermelha e Vacaria, respectivamente, não era abastecida por redes telegráficas ou pela rede ferroviária, esta última concentrada, conforme Meira e Cabeda¹²², mais na Fronteira e em Porto Alegre. As mensagens tinham que ser enviadas pelos próprios, em lombos de cavalo, o mais veloz dos animais empregados na guerra civil.

Na manhã do dia 17 de outubro de 1893, quando o Exército Revolucionário estava acampado em Lagoa Vermelha, chegou uma mensagem das mais importantes. Vindo a cavalo de Lages, distante algo próximo a duzentos quilômetros, o federalista Thimoteo Feijó trouxe jornais com informações sobre o estabelecimento de um governo francamente maragato, na cidade do Desterro, capital catarinense¹²³. O general Luiz Alves de Oliveira Salgado, comandante

¹²¹ Ibid. p. 250.

¹²² MEIRA, Antonio Gonçalves; CABEDA, Coralio. *Nossas Guerras: considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

¹²³ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020; MEIRINHO, Jali. *1893-1894: História e historiografia da Revolução em Santa Catarina*:

de uma das colunas insurgentes, imediatamente envia ofício de caráter urgente ao novo governador de Santa Catarina, comunicando que se dirigia para Vacaria e indagando “se há ou não necessidade ou vantagem de fazer entrar as forças de meu comando no estado de Santa Catarina”¹²⁴. A carta do general foi remetida por cavalo e chegou às mãos das autoridades do estado vizinho, em 26 de outubro, nove dias após o seu despacho, quando os federalistas já estavam no atual município de Bom Jesus.

São, ademais, abundantes os registros do envio, por parte de comandantes castilhistas e maragatos, de subordinados montados em cavalos e portadores de comunicações e instruções. Em alguns casos, eles eram interceptados pelas forças inimigas. Foi o que ocorreu, por exemplo, em março de 1894, quando um próprio do coronel José Chicuta, com atuação na fronteira entre Lagoa Vermelha e Santa Catarina, foi capturado na Serra do Rio Forquilha pelo tenente-coronel Heleodoro de Moraes Branco, apontando a localização do acampamento do revolucionário no Barração. “Prendi um próprio de Chicuta, que vinha ao acampamento de Theodoro Ricardo à procura de notícias”, escreve o intendente castilhista¹²⁵.

Outro exemplo muito significativo é o envio, por parte do major Prestes Guimarães, principal liderança federalista da região Norte gaúcha, do major Leonel Maria da Rocha, para comunicar-se com Gumercindo Saraiva, que estava no Paraná e buscava regressar ao Rio Grande do Sul¹²⁶. Leonel da Rocha se deslocou sozinho de Passo Fundo, montado em um cavalo, para cumprir a missão a ele determinada por seu comandante. Foi e retornou com notícias de que Gumercindo estava em marcha para Passo Fundo, indo Prestes Guimarães encontrá-lo no Campo do Meio, em junho de 1894. Dourado¹²⁷ escreve, desde o Paraná, uma nota em seu diário, classificando Leonel como “um valente rapaz que teve a coragem de vir do Rio Grande do Sul aqui, pelas matas dar notícia das forças de [general] Lima, além do Passo Fundo”.

A natureza própria da guerra civil de 1893, como um conflito de permanente movimentação de tropas militares e milicianas, conforme pode ser notado, demandou o amplo emprego de animais que já existiam no território

Florianópolis: Editora Insular, 2009.

¹²⁴ JORNAL DO COMÉRCIO. *Jornal do Comércio*. Desterro (SC), 27-10-1893.

¹²⁵ A FEDERAÇÃO. *Jornal A Federação*. Porto Alegre, 13-04-1894.

¹²⁶ PRESTES GUIMARÃES, Antônio Ferreira. *A Revolução Federalista em Cima da Serra (1892-1895)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

¹²⁷ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020. p. 198.

gaúcho e com os quais as populações locais possuíam estreita ligação histórica, cultural, econômica e mesmo marcial. O conflito, por isso mesmo, não pode ser abordado sem que se compreenda o papel desempenhado por vacas, bois, mulas, burros, cavalos e éguas, cujos rebanhos, como consequência dos anos de refregas pelas cidades, vilas, distritos e zona rural rio-grandense, reduziram-se significativamente. Além de se caracterizar pela prática da degola, podemos dizer que a Revolução Federalista de 1893 foi também uma guerra de animais, em seu sentido literal.

Considerações finais

Ao longo do artigo, buscamos investigar o emprego de animais no caso particular da guerra civil de 1893, com recorte especial na região dos municípios gaúchos de Lagoa Vermelha e Vacaria. A hipótese de que a utilização de animais foi largamente empregada em razão das características próprias do conflito foi confirmada e, a partir daí e inspirados nos critérios primeiramente organizados por Kistler¹²⁸, estabelecemos três funções básicas para os animais durante o conflito, a saber: transporte, alimentação e combate. Cavalos, vacas, bois, mulas e burros foram, então, posicionados nos círculos de funções, conforme a Figura I.

Os espaços foram definidos em razão dos relatos encontrados na guerra por insurgentes e contrainsurgentes, que participaram dos campos de batalha. Não se trata, por isso mesmo, de dedução sobre os papéis desempenhados pelos animais, mas sim daquilo que efetivamente foi registrado pelos combatentes.

Verificou-se que todos os animais analisados exerceram funções de transporte, seja em aspectos logísticos, com carregamento de armas, munições e gêneros de subsistência (mula, burro, vaca e boi); seja como montaria para os oficiais ou envio de mensagens (cavalo). Salientamos a diferença entre os muares, capazes de levar centenas de quilos, e os cavalos, cuja característica era a velocidade.

Alguns animais exerceram ao menos duas funções. É o caso do gado, que foi utilizado como fonte básica de alimentação das tropas – essa era, na verdade, sua principal função. E do cavalo, único animal a ser tipicamente empregado em batalhas e, justamente por isso, do qual foram registradas baixas em razão de tiros de arma de fogo.

¹²⁸ KISTLER, John M. *Animals in the Military: From Hannibal's Elephants to the Dolphins of the US Navy*. ABC-CLIO, 2011.

Em relação a todos os animais empregados, estava ausente uma preocupação com sua reprodução, bem-estar ou estabilidade de sua população, sendo extraídos dos campos e das propriedades indiscriminadamente. A consequência foi a forte redução, principalmente dos rebanhos de gado vacum e de equinos, prejudicando a pecuária e a economia gaúcha. Esse cenário viria a se repetir três décadas após, na Revolução de 1923, em que também se registrou o emprego de animais no esforço de deposição do governo de Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos no comando do Rio Grande do Sul.

Referências

A FEDERAÇÃO. Jornal A Federação. Porto Alegre, 13-04-1894.

A FEDERAÇÃO. Jornal A Federação. Porto Alegre, 20-10-1894.

A FEDERAÇÃO. Jornal A Federação. Porto Alegre, 22-09-1894.

APROBATO FILHO, Nelson. História dos animais: uma entrevista com a professora Harriet Ritvo. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 28, p. 209-220, 2022.

APROBATO FILHO, Nelson. O couro e o aço: sob a mira do moderno-: a aventura dos animais pelos jardins da Paulicéia, final do século XIX/início do XX. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 179 (477):107-136, mai./ago. 2018.

BORGES, Luiz Adriano. Mulas em movimento. O mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 23, n. 44, p. 207-230, 2016.

BORMANN, General J. B. Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Typografia da Livraria Economica, 1906, Volume III.

BRANCO, Pércio de Moraes. A região de Lagoa Vermelha: aspectos históricos. Porto Alegre: EST, 2002.

CAFRUNI, Jorge. Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Municipalidade de Passo Fundo, 1966.

CARTÓRIO DE NOTAS. Livro do Cartório de Notas de Lagoa Vermelha de 7 de agosto de 1897 a março de 1898. Lagoa Vermelha, 1898. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

- CARVALHO, Pedro. A campanha do coronel Santos Filho: Revolução Federalista de 1893. Porto Alegre: Correio do Povo, 1897.
- CHASTEEN, John. Fronteira Rebelde. Porto Alegre: Movimento, 2003.
- COUTINHO, Albino José Ferreira. Marcha da Divisão do Norte. Porto Alegre: Edigal, 2011.
- DAMIN, Cláudio Júnior. 1893, Sangue na Lagoa Vermelha: Episódios da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 2023.
- D`AVILA, Ney Eduardo Possapp. Degola e degoladores no Rio Grande do Sul (1889-1930). Porto Alegre: Edigal, 2012.
- DE LAYTANO, Dante. A alimentação do gaúcho brasileiro. *Ciência & Trópico*, v. 8, n. 2, 1980.
- DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Jornal Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 25-04-1893.
- DIMARCO, Louis A. War Horse. Westholme Publishing, 2008.
- DORNELLES, Sejanos. Gumersindo Saraiva: o guerrilheiro pampeano: Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020.
- DUARTE, Manoel. A irrupção de 1779, em Los Pinares. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XX, IV Trimestre – Dezembro de 1940, número 80.
- DUARTE, Manoel. Transadores e Retirantes. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XXI, III Trimestre – Setembro de 1941, número 83.
- DUARTE, Regina Horta et al. Reciprocidades em desequilíbrio: história das relações entre animais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 28, p. 7-10, 2021.
- DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 9, n. 2, p. 16-44, 2019.
- FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

- FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Revolução Federalista: uma interpretação*. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Edigal, 2013.
- GALULA, David. *Counterinsurgency warfare: theory and practice*. Greenwood Publishing Group, 2006.
- GEST, Kevin. *As origens e a história das ordens de cavalaria*. São Paulo: Madras, 2012.
- GRABOWSKI, Francisco. *Memória da Revolução Brasileira dos Anos de 1893-94*. In: *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, 1971, Volume V.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763)*. 2002. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- HOPP, Hans-Hermann. *Uma Breve História do Homem: Progresso e Declínio*. São Paulo: LVM Editora, 2018.
- INVENTÁRIO. *Inventário de Dona Maria Mafalda de Lima*. Lagoa Vermelha, 1896. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.
- INVENTÁRIO. *Processo de inventário de João Mariano Pimentel*. Lagoa Vermelha, 1895. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.
- JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20-06-1895.
- JORNAL DO COMMÉRCIO. *Jornal do Comércio*. Desterro (SC), 27-10-1893.
- KEELEY, Lawrence. *A guerra antes da civilização: o mito do bom selvagem*. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.
- KISTLER, John M. *Animals in the Military: From Hannibal's Elephants to the Dolphins of the US Navy*. ABC-CLIO, 2011.
- LIMA, José Carvalho. *Narrativas Militares: A Revolução do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edigal, 2014.
- LIND, William. *Understanding Fourth Generation War*. *Military Review*, p. 12-16, Sep-Oct. 2004.

LOVE, Joseph. Reflections on the Revolution of 1893. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

MARIANO, Nilson. *Um tal de Adão Latorre. A Degola na Revolução de 1893*. Porto Alegre: Edigal, 2019.

MEIRA, Antonio Gonçalves; CABEDA, Coralio. *Nossas Guerras: considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

MEIRINHO, Jali. *1893-1894: História e historiografia da Revolução em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

MILITARY HISTORY MATTERS. War Culture – Animals of War. *Military History Matters*, July 12, 2012. Disponível em: <https://www.military-history.org/feature/war-culture-animals-of-war.htm>. Acesso em: 02-04-2023.

MINSEN, Guilherme. *O cavalo no Rio Grande do Sul: memórias apresentadas no Primeiro Congresso da Federação das Associações Rurais*. Pelotas: Imprensa da Livraria Americana, 1910.

MITCHELL, Peter. *The donkey in human history: an archaeological perspective*. Oxford University Press, 2018.

MOREIRA, Earle Macarthy. 1893: Uma reflexão sobre a Revolução. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

NANCE, Susan. Introduction. In: NANCE, Susan (Ed.). *The Historical Animal*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2015, p. 1-15.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Pecuária e indústria; formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX*. 1. ed. Porto alegre: Movimento, 1986. v. 1.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Montevideo: IEL, 1980.

PILAR, Fabrício. *Memórias da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021.

POOLEY-EBERT, Andria. A Comparative Study of Horse-Human Relationships in Chicago and Rural Illinois. In: NANCE, Susan (Ed.). *The Historical Animal*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2015, p. 148-165.

PRESTES GUIMARÃES, Antônio Ferreira. A Revolução Federalista em Cima da Serra (1892-1895). Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

REPÚBLICA. Jornal República (SC), 01-05-1895.

REVERBEL, Carlos. Maragatos e Pica-Paus. Porto Alegre: L&PM, 1985.

RIBAS, Vasco José Taborda. A gente paranaense na Revolução Federalista. In: Fontes para a história da revolução de 1893: anais do seminário realizado em Bagé, de 12 a 15 de novembro de 1983. Bagé: URCAMP, 1990.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República. Brasília: Editora do Senado, 2000.

SHAW, David Gary. The torturer's horse: Agency and animals in history. *History and Theory*, v. 52, n. 4, p. 146-167, 2013.

SIDNELL, Philip. Warhorse: Cavalry in ancient warfare. A&C Black, 2006.

SILVA, Itací de Souza. Tropeirismo e criatórios de mulas em Lagoa Vermelha, nordeste do RS (1914-1955). Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo, 2011.

SIMÕES, Moacir Almeida. História da Brigada Militar. Porto Alegre: Polost/APESP, 2002.

SOUZA MARQUES, Paulo Alves de. Correspondência de 20 de março de 1895 do capitão Paulo Alves de Souza Marques ao tenente-coronel Avelino Paim de Souza. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1895. Pasta Vacaria na Revolução Federalista de 1893.

TORRES, Luiz Henrique. Pensar a Revolução Federalista. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

VERT, Germano. O gado e a lavoura: esboço de economia rural. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

WINEGARD, Timothy. O mosquito: a incrível história do maior predador da humanidade. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

Artigo recebido para publicação em 01/07/2023

Artigo aprovado para publicação em 16/10/2023